

ESTÁGIO PROBATÓRIO

PARA SERVIDORES NOMEADOS ATÉ **06/02/2025**

DEFINIÇÃO

Estágio Probatório é o período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da entrada em exercício do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, conforme dispõe o art. 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

No caso de servidor docente, além desses fatores, são também objeto de avaliação: o desenvolvimento das atividades científico-acadêmicas e administrativas; o desempenho didático-pedagógico e relacionamento com discentes, e; a participação nas atividades do Programa de Recepção de Docentes (PRD), instituído pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS).

REQUISITOS BÁSICOS

Nomeação para cargo de provimento efetivo e entrada em exercício.

PROCEDIMENTOS

No IFS, os servidores TAE's e Docentes são submetidos a avaliações, via aplicação de formulários, nos 30 (trinta) primeiros meses de efetivo exercício. Essas avaliações são realizadas em 03 (três) etapas, a cada 10 (dez) meses de efetivo exercício:

ETAPAS AVALIATIVAS

PERÍODOS/CICLOS DE AVALIAÇÃO

1ª

1º ao 10º mês de efetivo exercício

2ª

11º ao 20º mês de efetivo exercício

3ª

21º ao 30º mês de efetivo exercício

Após transcorridos 32 (trinta e dois) meses de efetivo exercício do servidor TAE e Docente, o processo com as avaliações realizadas é submetido à homologação da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores de avaliação de aptidão e de capacidade do servidor

Ao final do período de estágio probatório, após cumprir 03 (três) anos de efetivo exercício, será publicada a portaria de aprovação do servidor no Boletim de Serviços do IFS. Sendo aprovado, é considerado estável.

O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei 8.112/90



VOCÊ QUE É SERVIDOR DOCENTE



o final de cada ciclo, o processo de avaliação de estágio probatório será aberto/reaberto no sistema SEI, pela PROGEP, e tramitado à Direção Geral do seu Campus de exercício que, em seguida, encaminha-o à Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD), a qual adotará os trâmites necessários à avaliação.

A CAD é composta de 03 (três) docentes estáveis - indicados pelo (a) Diretor (a) Geral do campus de exercício do avaliado - sendo um representante da coordenação em que o avaliado está lotado, excluído o coordenador (chefe imediato), um representante da gerência responsável por essa coordenação e um representante da coordenação do curso no qual o avaliado ministra o maior número de aulas.

A avaliação será realizada pela sua chefia imediata, por dois pares (docentes) com quem possua contato direto, indicados pela chefia, e pelos discentes.

Clique [aqui](#) e tenha acesso ao fluxo do processo de estágio probatório do servidor docente do IFS



VOCÊ QUE É SERVIDOR TAE



Ao final de cada ciclo avaliativo, o processo de avaliação de estágio probatório será aberto/reaberto no sistema SEI, pela Comissão Central de Avaliação (CCA) do seu campus de lotação, e encaminhado a sua unidade de exercício para avaliação

A avaliação será realizada pela sua chefia imediata e por dois pares (colegas de trabalho) com exercício no mesmo setor, indicados pela chefia

Cada Campus do IFS e a Reitoria possui a sua Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, às quais cabe o acompanhamento sistemático dos servidores de suas respectivas unidades e a responsabilidade pelo andamento do processo avaliativo.

As CCA's são compostas de no mínimo 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente, indicados pelo (a) Diretor (a) Geral do seu Campus de Lotação, dentre servidores ocupantes da Carreira de Técnico-Administrativos em Educação, preferencialmente estáveis, sendo pelo menos 01 (um) de formação acadêmica de nível superior.

Clique nos links a seguir e tenha acesso ao fluxo do processo de estágio probatório do servidor TAE e à relação dos integrantes das Comissões de Estágio dos Campi e da Reitoria

[Fluxo do processo/TAE](#)

Conheça os integrantes das Comissões de Estágio Probatório:

[Comissões Centrais de Avaliação](#)

AVALIAÇÕES CONVALIDATIVAS

Caso o servidor TAE ou Docente possua acima de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício e não tenha processo de estágio probatório iniciado ou concluído no prazo previsto, será submetido à avaliação convalidativa, realizada com base nas avaliações de desempenho utilizadas na progressão funcional, relativas ao período em que esteve sob estágio probatório.

Fundamento:

Docente: Art. 23, inciso IV e §§ 1º, 2º e 3º da [Resolução no 41/2019/CS/IFS](#)

TAE: Art. 35 da [Resolução CS/IFS No 247, DE 25 DE ABRIL DE 2024.](#)



INFORMAÇÕES GERAIS

O estágio probatório do servidor Docente é regulamentado pela [Resolução no 41/2019/CS/IFS](#). Já o dos TAE, é regulamentado pela [Resolução CS/IFS No 247, de 25 de abril de 2024](#)

O desempenho do servidor em estágio probatório, com relação aos fatores avaliativos, será definido atribuindo-se nota de 1 (um) a 5 (cinco).

O Resultado Final será obtido com o somatório das médias das 03 (três) avaliações, dividido por três, correspondente aos períodos avaliados.

O servidor será considerado aprovado se atingir média igual ou superior a 03 (três) pontos como resultado final.

O servidor que, durante o estágio probatório for aprovado em outro concurso público, não poderá aproveitar o tempo anteriormente prestado naquele estágio para esta nova situação.

O tempo de servidor que já adquiriu estabilidade no serviço público e que se encontra submetido a estágio probatório em razão de um novo provimento, não poderá ser computado para efeito de progressão e promoção no novo cargo.

O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade, para ocupar cargos de Natureza Especial ou em comissão do grupo - Direção e Assessoramento Superiores DAS, de níveis 6,5 e 4, ou equivalentes (Art.20, § 3º da Lei no 8.112/90).

Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal (Art.20 § 4º da Lei no 8.112/90).



Fique atento às alterações ocorridas nas causas suspensivas de estágio probatório

Além das licenças e afastamentos previstos na Lei no 8.112/90, faz-se necessário observar também, as diferentes hipóteses previstas no [Ofício Circular SEI no 332/2025/MGI](#), que suspendem a contagem de tempo para fins de estágio probatório.

Significa dizer que, os servidores em período de estágio probatório que usufruírem de algum dos afastamentos/licenças/ausências citados no ofício em comento, terão o

período de estágio reprogramado/majorado em período igual ao da licença/afastamento/ausência. Vejamos o exemplo:

Maria entrou em exercício em 01/01/2021, sendo assim, seu período de 03 (três) anos de estágio probatório será de 01/01/2021 a 01/01/2024. Vamos supor que Maria esteve afastada por motivo de licença para tratamento da própria saúde, por um período de 30 (trinta) dias, de 15/07/2021 a 13/08/2021. Conforme o referido Ofício, a partir de 01/07/2021, esse tipo de licença é de natureza suspensiva, o que ocasiona a suspensão e, conseqüentemente, a majoração do interstício de estágio probatório em período igual ao da licença que, no referido exemplo, foi de 30 (trinta) dias. Assim, o período de estágio de Maria será reprogramado, de 01/01/2021 a 01/01/2024 (+ o acréscimo de 30 dias), para de 01/01/2021 a 31/01/2024.




A seguir, estão as situações em que não há suspensão dos dias a serem contabilizados para o estágio probatório, segundo o Ofício em referência:

- I - licença à gestante;
- II - licença à paternidade;
- III - licença à adotante;
- IV - exercício de cargo em comissão ou equivalente dentro do órgão da carreira da pessoa ocupante de cargo público efetivo, conforme art. 20, § 3º, da Lei no 8.112, de 1990; e;
- V - requisição fundamentada no art. 2º da Lei no 9.007, de 17 de março de 1995.;
- VI - os dias de descanso semanal remunerado;
- VII - os dias de feriado nacional.

FORMULÁRIOS

Os formulários necessários às avaliações de estágio probatório estão cadastrados no sistema SEI. Clique nos links abaixo e tenha acesso a cada um deles.

SERVIDOR DOCENTE

-  **Anexo I – Formulário de Avaliação – Chefe Imediato e Pares:** a ser preenchido pelo chefe imediato e por mais 02 (dois) pares do avaliado, com quem possui contato direto e desde que não sejam membros da CAD;
-  **Anexo II – Formulário de Avaliação – Discentes:** a ser preenchido por discentes de duas turmas em que o docente avaliado esteja lecionando no momento da etapa de avaliação
-  **Anexo III – Relatório Parcial:** a ser preenchido pela CAD. Contempla o Resultado da Avaliação de Desempenho referente a cada etapa avaliativa;

☀ **Anexo V – Relatório Final:** a ser preenchido pela PROGEP. No Relatório Final obtêm-se a Nota Final, resultante da média aritmética simples das Notas Parciais trazidas nos Relatórios Parciais, bem como o Resultado Final com a situação do servidor, se aprovado ou reprovado; pela CAD. Contempla o Resultado da Avaliação de Desempenho referente a cada etapa avaliativa;

☀ **Anexo VI – Relatório de Convalidação:** a ser preenchido pela CAD, nas situações em que é realizada a avaliação convalidativa.

SERVIDOR TAE

☀ **Formulário I – Informações Gerais:** contempla os dados funcionais do servidor avaliado e instruções para a realização das avaliações;

☀ **Formulário II-A – Chefia Imediata (ACI):** a ser preenchido pela chefia imediata;

☀ **Formulário II-B – Pares – Avaliador 1 (AP1):** A ser preenchido por 01 servidor, par do avaliado, com exercício no mesmo setor, indicado de forma consensual pela chefia imediata;

☀ **Formulário II-B – Pares – Avaliador 2 (AP2):** A ser preenchido por outro servidor, par do avaliado, com exercício no mesmo setor, indicado de forma consensual pela chefia imediata;

☀ **Formulário III – Análise dos Fatores Intervenientes:** a ser preenchido pela chefia imediata, a qual deverá apontar, caso haja, os fatores intervenientes ou obstáculo ao desempenho satisfatório do servidor em estágio probatório, o aspecto ao qual está relacionado, uma descrição que o caracterize e as medidas sugeridas para sanar tal problema;

☀ **Formulário IV – Relatório Parcial:** a ser preenchido pela CCA. Contempla os Resultados Parciais de todas as avaliações realizadas;

☀ **Formulário V – Resultado da Avaliação de Desempenho:** a ser preenchido pela CCA. No resultado da avaliação obtêm-se a Média Geral, resultante da média aritmética simples das Notas Parciais constantes no Relatório Parcial, bem como o Resultado Final com a situação do servidor, se aprovado ou reprovado;

☀ **Formulário VI – Resultado da Avaliação de Desempenho Convalidativa:** a ser preenchido pela CCA, nas situações em que é realizada a avaliação convalidativa;

☀ **Formulário VII – Pedido de Recurso:** formulário através do qual o servidor indicará os motivos por que discorda ou pede revisão, a justificativa e proposta de alteração.

☀ **Formulário VIII – Resposta a Recurso:** formulário para utilização na resposta aos recursos interpostos.



UNIDADE RESPONSÁVEL

O Departamento Seleção e Desenvolvimento de Pessoas (DSDPES) compõe a estrutura organizacional da PROGEP e, dentre suas atividades, está a de cuidar dos assuntos relacionados a estágio probatório.



PREVISÃO LEGAL

É possível encontrar informações acerca do estágio probatório clicando nos hiperlinks das seguintes normativas:

Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Cíveis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, Dispõe sobre a estruturação da carreira de Magistério Federal, a partir de 1º de março de 2013, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Resolução CS/IFS No 247/2024 (TAE), Aprova a Reformulação do Regulamento de Acompanhamento e Avaliação para homologação de estágio probatório dos técnico-administrativos do IFS.

Resolução 41/2019/CS/IFS (DOCENTE): Aprova a reformulação do regulamento de acompanhamento e avaliação para homologação de estágio probatório dos docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

Ofício Circular SEI no 332/2023/MGI, Versa sobre as alterações nas causas de suspensão do estágio probatório.



CONTATOS

Para saber mais sobre o estágio probatório, esclarecer alguma dúvida ou apresentar sugestões, entre em contato conosco, através do e-mail dsdpes.progep@ifs.edu.br // andrezza.santos@ifs.edu.br e/ou do telefone **(79) 3711-1425 (ramal 1425)**



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe